



TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO PIAUÍ

# BOLETIM DE JURISPRUDÊNCIA

*Junho 2021*



Teresina, Piauí  
Ano 6 | N° 006



## EDIÇÃO OFICIAL – JUNHO - 2021

Trata-se de boletim de jurisprudência elaborado pela Comissão de Regimento e Jurisprudência do TCE-PI com base nos entendimentos proferidos nas Câmaras e no Plenário do TCE-PI publicados no mês de junho de 2021. Este documento não substitui a publicação oficial das decisões e seus efeitos legais.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ  
COMISSÃO DE REGIMENTO E JURISPRUDÊNCIA



## COMISSÃO DE REGIMENTO E JURISPRUDÊNCIA

Conselheiro Kleber Dantas Eulálio

Conselheiro Olavo Rebelo de Carvalho Filho

Conselheira Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga

## PROCURADOR GERAL DE CONTAS

José Araújo Pinheiro Júnior

## CONSELHEIRO SUBSTITUTO

Jaylson Fabianh Lopes Campelo

## AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO

Daniel Douglas Seabra Leite

Aline de Oliveira Pierot Leal

## COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO

Aline de Oliveira Pierot Leal

*Auditora de Controle Externo*

Iasmyne Santos Barros

*Estagiária*

## SUPERVISÃO

Larissa Gomes de Meneses Silva

*Jornalista*

## PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Lucas Ramos

*Publicitário*



## SUMÁRIO

<b>AGENTE POLÍTICO</b> .....	<b>07</b>
<i>Agente Político.</i> O subsídio de vereadores deve ser fixado em valores certo em uma legislatura para vigorar na seguinte, não podendo ser reajustado no curso da Legislatura, observado os limites e os critérios estabelecidos na Constituição Federal e Estadual. ....	7
<i>Agente Político.</i> Excepcionalmente, é possível a aplicação de redutor aos subsídios dos vereadores por ato do Presidente da Câmara, ante a ocorrência superveniente de situações imprevisíveis à época da fixação dos subsídios, enquanto durarem as situações, devendo ser suspensa a redução assim que possível, desde que a fixação inicial tenha observado as cautelas relativas ao planejamento financeiro-orçamentário. ....	7
<i>Agente Político.</i> O reajuste do subsídio do prefeito, do vice-prefeito, dos secretários municipais e dos vereadores dar-se-á concomitantemente ao reajuste dos servidores públicos municipais.....	8
<i>Agente Político.</i> Em obediência ao princípio da anterioridade, tendo a Lei que fixou os subsídios da legislatura sido publicada fora do prazo estabelecido pela legislação, devem permanecer os mesmos valores da legislatura anterior. O valor pago não pode ser diferente do valor fixado em Lei. O valor dos subsídios deve ser fixado de acordo com a realidade financeira do Município e os recursos disponíveis estimados para o Legislativo. ....	9
<b>CONTROLE INTERNO</b> .....	<b>10</b>
<i>Controle Interno.</i> A utilização de função em comissão para o exercício da atividade de Controlador Interno mostra-se inapropriada, dada a fragilidade de seu vínculo com o Poder Público, e a sua estreita sujeição à autoridade que o nomeou. Os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta dos poderes Executivo e Legislativo Estadual e Municipal, bem como o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Tribunal de Contas deverão instituir, estruturar e manter Sistema de Controle Interno com a finalidade de contribuir para o uso regular, econômico, eficiente, eficaz e efetivo dos recursos públicos.....	10
<b>LICITAÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<i>Licitação.</i> O art. 25, II da Lei n° 8666/1993 não autoriza a contratação por inexigibilidade de licitação de todos os serviços técnicos descritos no art. 13 da referida lei, mas tão somente daqueles de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização.....	11
<i>Licitação.</i> Atendidos os requisitos do inciso II do art. 25 da Lei n°. 8.666/93 é inexigível procedimento licitatório para contratação de serviços advocatícios e contábeis pela Administração Pública, dada a singularidade da atividade, a notória especialização e a inviabilidade de competição. A Constituição do Estado do Piauí estabelece o prazo para aprovação do instrumento legal de fixação dos subsídios dos Vereadores para a legislatura.....	11
<i>Licitação.</i> O detalhamento pormenorizado dos postos de trabalho poderá ser efetuado por ocasião da celebração do contrato de modo a satisfazer a necessidade pública de cada um dos órgãos integrantes da Administração, de acordo com as suas peculiaridades. A opção pelo detalhamento realizado por ocasião da contratação em nada prejudica a elaboração das propostas e a isonomia entre os licitantes, porquanto o padrão estabelecido pela CBO deverá ser observado por todos os interessados, sendo irrelevantes os detalhamentos minuciosos de cada órgão da Administração Pública na condição de contratante.....	12



## SUMÁRIO

### **PESSOAL** ..... 13

Pessoal. É possível ao servidor público efetivo afastado para a investidura no cargo eletivo de Prefeito poder optar pela remuneração dos cargos efetivos dos quais é titular. Para o servidor público efetivo vinculado a RPPS afastado para o exercício de cargo eletivo, permanece a obrigatoriedade de contribuição previdenciária para tal regime..... 13

Pessoal. Serviços que têm caráter permanente e essencial para a administração pública, devem ser acometidos a servidores públicos efetivos. .... 13

Pessoal. É possível a concessão de promoção/progressão ao servidor, desde que decorrente de lei e/ou sentença judicial anterior ao Decreto de Calamidade Pública, assim como observados critérios específicos, além do transcurso temporal, para a aludida promoção/ progressão. Possibilidade de concessão de abono permanência, e de concessão do aumento da Gratificação de Produtividade, desde que o aludido aumento seja decorrente de lei e/ou sentença judicial anterior ao Decreto de Calamidade Pública. Possibilidade de concessão de Revisão Geral Anual da Remuneração dos servidores, desde que haja dotação na Lei Orçamentária Anual, previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias e observados os limites previstos na LC nº 173/2020. .... 14

### **PRESTAÇÃO DE CONTAS** ..... 15

Prestação de Contas. A juntada de vasta documentação comprobatória da aplicação dos recursos do FUNDEF para o pagamento de precatórios judiciais destinados aos servidores da educação, e ainda, as dificuldades postas diante da grave crise sanitária e financeira que o País enfrenta para retirada de valores do FPM, não ensejam a obrigatoriedade de recomposição dos valores para a conta específica do FUNDEF..... 15

Prestação de Contas. Até cinco por cento dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 11.494/2007 poderão ser utilizados no primeiro trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional. A Constituição Federal impõe o dever de prestar contas na forma e no prazo devido. A Constituição Estadual e a Resolução TCE/PI nº 39/2015, conferem prerrogativas às Cortes de Contas para examinar mediante fiscalização o gasto de recursos públicos..... 15



## SUMÁRIO

<b>PREVIDÊNCIA</b> .....	<b>16</b>
<i>Previdência.</i> As contribuições devidas ao RPPS deverão ser recolhidas até o dia 10 do mês subsequente à competência. Irregularidade no recolhimento de contribuição previdenciária.....	16
<i>Previdência.</i> O ingresso no serviço público sem concurso ou a transposição, a ascensão, o acesso, a progressão ou o aproveitamento como formas de provimento derivado de cargos públicos após a Constituição de 1988, assegura a aposentadoria pelo Regime Próprio de Previdência Social, desde que o ingresso (originário ou derivado) no cargo em que houve a inativação tenha ocorrido até 23 de abril de 1993.....	16
<i>Previdência.</i> Pensão por morte. Havendo a comprovação pelo interessado de sua qualidade de dependente da segurada mediante a juntada de documentos comprobatórios, mesmo não tendo sido apresentado cópia do processo de aposentadoria da ex-servidora por parte do órgão de origem, o benefício deve ser Registrado. O requerente não pode ser prejudicado pela falta de cuidado da Administração Estadual na guarda e conservação de documentos públicos.....	17
<b>PROCESSUAL</b> .....	<b>18</b>
<i>Processual.</i> As sanções impostas em decorrência de infrações administrativas, assim como ocorre com as infrações penais, não podem ultrapassar a pessoa do infrator (Princípio da Intranscendência da Pena).....	18
<i>Processual.</i> Caberá Agravo no prazo de 05 (cinco) dias da decisão que indeferir in limine o recurso.....	18
<i>Processual.</i> Configura-se quebra da imparcialidade quando o mesmo representante do Ministério Público de Contas assina a representação e emite o parecer, ou seja, atua como autor e custos legis ao mesmo tempo.....	19
<i>Processual.</i> Com base no princípio da colegialidade, deve ser aplicada a sanção de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na administração estadual ou municipal ao gestor que teve suas contas julgadas irregulares por dois exercícios financeiros, consecutivos ou não, com base no regimento interno do TCE/PI.....	19
<b>TRANSPARÊNCIA</b> .....	<b>20</b>
<i>Transparência.</i> A Lei de Acesso à Informação determina aos órgãos e entidades públicas o dever de “promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas”, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet) para os municípios com população acima de dez mil habitantes, e impositiva para todos os municípios a divulgação, em tempo real, de informações relativas à execução orçamentária e financeira .....	20



## AGENTE POLÍTICO

**AGENTE POLÍTICO.** O subsídio de vereadores deve ser fixado em valores certo em uma legislatura para vigorar na seguinte, não podendo ser reajustado no curso da Legislatura, observado os limites e os critérios estabelecidos na Constituição Federal e Estadual.

### *CONSTITUCIONAL. TRANSPARÊNCIA. FALHAS.*

1) *De acordo com a Constituição Federal o subsídio de vereadores deve ser fixado em valores certo em uma legislatura para vigorar na seguinte, não podendo ser reajustado no curso da Legislatura, observado os limites e os critérios estabelecidos nos arts. 29, VI e 29-A da Constituição Federal, bem como o art. 31 da Constituição Estadual.*

2) *Segundo os critérios estabelecidos no Anexo I da Instrução Normativa TCE nº 01/2019, o portal da transparência foi classificado como deficiente, com índice de transparência no patamar de 30,66%, por desatender determinações referentes à Folha de pagamentos, Licitação e Relatórios prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal.*

*(Prestação de Contas. Processo [TC/022404/2019](#) – Relator: Cons. Sub. Delano Carneiro da Cunha Câmara. Segunda Câmara. Decisão Unânime. Acórdão nº [268/2021](#). Publicado no DOE/TCE-PI nº 110/2021.*

**AGENTE POLÍTICO.** Excepcionalmente, é possível a aplicação de redutor aos subsídios dos vereadores por ato do Presidente da Câmara, ante a ocorrência superveniente de situações imprevisíveis à época da fixação dos subsídios, enquanto durarem as situações, devendo ser suspensa a redução assim que possível, desde que a fixação inicial tenha observado as cautelas relativas ao planejamento financeiro-orçamentário.

*Excepcionalmente, é possível a aplicação de redutor aos subsídios dos vereadores por ato do Presidente da Câmara, ante a ocorrência superveniente de situações imprevisíveis à época da fixação dos subsídios, enquanto durarem as situações, devendo ser suspensa a redução assim que possível, desde que a fixação inicial tenha observado as cautelas relativas ao planejamento financeiro-orçamentário.*

1. *Deve o gestor da Câmara Municipal, no que se refere ao Instrumento de Fixação dos Subsídios de Vereadores, cumprir o disposto no art. 31, § 1º, da Constituição Estadual do Piauí.*

2. *Com relação à Despesa Total da Câmara deve ser obedecido o que dispõe o art. 29-A, VI da Constituição Federal de 1988.*



3. *Apenas excepcionalmente, é possível a aplicação de redutor aos subsídios dos vereadores por ato do Presidente da Câmara, ante a ocorrência superveniente de situações imprevisíveis à época da fixação dos subsídios, enquanto durarem as situações, devendo ser suspensa a redução assim que possível, desde que a fixação inicial tenha observado as cautelas relativas ao planejamento financeiro-orçamentário (Acórdão 1.591/2019 e 402/2020 – TCE/PI).*

4. *O gestor municipal, ao nomear o Controlador Interno, deve obedecer ao disposto no art. art. 90, § 1º da Constituição Estadual e IN TCE nº 05/2017.*

5. *O gestor da Câmara Municipal deve obedecer na íntegra o disposto na Instrução Normativa TCE/PI nº 02/2016, na Lei de Acesso à Informação, além do art. 48 da LRF.*

*(Prestação de Contas. Processo [TC/007794/2018](#) – Relator: Cons. Subst. Jackson Nobre Veras. Primeira Câmara. Decisão Unânime. Acórdão nº 255/2021. Publicado no [DOE/TCE-PI nº 114/2021](#).)*

**AGENTE POLÍTICO.** O reajuste do subsídio do prefeito, do vice-prefeito, dos secretários municipais e dos vereadores dar-se-á concomitantemente ao reajuste dos servidores públicos municipais.

*REAJUSTE NO SUBSÍDIO DOS VEREADORES EM DESCONFORMIDADE AO ART. 31, § 2º DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ DE 1989.. DESPESA EFETUADA SEM COBERTURA CONTRATUAL (ART. 60, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI Nº 8.666/93). AUSÊNCIA DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO (ART. 37, XXI, DA CF/88). IRREGULARIDADE EM PROCEDIMENTO DE INEXIGIBILIDADE (ART. 13, ART. 25, II, § 1º, C/C ART. 26, PARÁGRAFO ÚNICO, II E III, TODOS DA LEI Nº 8.666/93, JUNTAMENTE COM A SÚMULA Nº 252 DO TCU). AUSÊNCIA DE CADASTRAMENTO DE PROCEDIMENTO DE INEXIGIBILIDADE (RESOLUÇÃO TCE Nº 27/2016, ALTERADA PELA IN Nº 06/2017). DESCUMPRIMENTO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO (ART. 5º, XXXIII DA CF/88, C/C ART. 3º, II, ART. 8º, CAPUT, § 1º, III, IV E V E § 2º, TODOS DA LEI Nº 12.527/11).*

1. *Verificou-se que o reajuste nos subsídios dos vereadores, referente ao exercício de 2018, ocorreu em desconformidade ao art. 31, § 2º, da Constituição do Estado do Piauí de 1989, uma vez que foi concedido Acórdãos e Pareceres Prévios apenas aos vereadores e presidente da câmara, ao passo que o citado dispositivo da CE/89 prevê que o reajuste do subsídio do prefeito, do vice-prefeito, dos secretários municipais e dos vereadores dar-se-á concomitantemente ao reajuste dos servidores públicos municipais...*



*...Foi ainda apontado pela DFAM que houve uma redução no valor dos subsídios (art. 37, XV, da CF/88), tendo em vista que o gestor não seguiu o decreto legislativo nº 002/2016, o qual fixou o valor para a legislatura 2017/2020. Após a apresentação da Defesa concluiu-se, por fim, que os valores pagos corresponderam ao da legislatura anterior (fixados pelo Decreto Legislativo nº 012, de 03/09/2012), porém com uma atualização monetária regulada pela Resolução nº 001/2017.*

*(Prestação de Contas. Processo [TC/007671/2018](#) – Relator: [Cons. Luciano Nunes Santos. Primeira Câmara. Decisão Unânime. Acórdão nº 261/2021. Publicado no DOE/TCE-PIº 118/2021.](#)*

**AGENTE POLÍTICO.** Em obediência ao princípio da anterioridade, tendo a Lei que fixou os subsídios da legislatura sido publicada fora do prazo estabelecido pela legislação, devem permanecer os mesmos valores da legislatura anterior. O valor pago não pode ser diferente do valor fixado em Lei. O valor dos subsídios deve ser fixado de acordo com a realidade financeira do Município e os recursos disponíveis estimados para o Legislativo.

*REALIZAÇÃO DE DESPESAS COM JUSTIFICATIVAS DE INEXIGIBILIDADE SEM AMPARO NA LEGISLAÇÃO (ART. 37, XXI, DA CF/88; 13 E 25, DA LEI Nº 8.666/93). IRREGULARIDADE NA FIXAÇÃO DO SUBSÍDIO DOS VEREADORES (ART. 31, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL). INOBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA (LEI Nº 131/2009 OU LEI DE TRANSPARÊNCIA, LC Nº 101/00 OU LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – LRF C/C LEI Nº 12.527/11 - LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO). PAGAMENTOS DE DESPESAS COM JUROS E MULTAS AO INSTITUTO NACIONAL DA SEGURIDADE SOCIAL – INSS (VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA EFICIÊNCIA E DA ECONOMICIDADE - ARTS. 37 E 70 DA CF).*

*2. Uma vez que a Lei que fixou os subsídios da legislatura 2017-2020 foi publicada fora do prazo estabelecido pela legislação, deveriam permanecer os mesmos da legislatura anterior (2013/2016), em obediência ao princípio da anterioridade, insculpido no art. 29, VI, da Constituição Federal, no art. 21, V, da Constituição Estadual. Ressalta-se que o pago não pode ser diferente do valor fixado em Lei, conforme art. 29, incisos V e VI da CF e que, segundo entendimento desta Corte de Contas, o valor dos subsídios deve ser fixado de acordo com a realidade financeira do Município e os recursos disponíveis estimados para o Legislativo.*

*(Prestação de Contas. Processo [TC/007943/2018](#) – Relator: [Cons. Luciano Nunes Santos. Primeira Câmara. Decisão Unânime. Acórdão nº 263/2021. Publicado no DOE/TCE-PIº 118/2021.](#)*



## CONTROLE INTERNO

**DESPESA.** A utilização de função em comissão para o exercício da atividade de Controlador Interno mostra-se inapropriada, dada a fragilidade de seu vínculo com o Poder Público, e a sua estreita sujeição à autoridade que o nomeou. Os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta dos poderes Executivo e Legislativo Estadual e Municipal, bem como o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Tribunal de Contas deverão instituir, estruturar e manter Sistema de Controle Interno com a finalidade de contribuir para o uso regular, econômico, eficiente, eficaz e efetivo dos recursos públicos.

### *ILEGALIDADE EM NOMEAÇÃO PARA O CARGO DE CONTROLADOR INTERNO, OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO.*

*1. Em seu art. 1º, a IN TCE-PI nº 05/2017 prescreveu que “os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta dos poderes Executivo e Legislativo Estadual e Municipal, bem como o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Tribunal de Contas deverão instituir, estruturar e manter Sistema de Controle Interno com a finalidade de contribuir para o uso regular, econômico, eficiente, eficaz e efetivo dos recursos públicos.” A utilização de função em comissão para o exercício da atividade de Controlador Interno mostra-se inapropriada, dada a fragilidade de seu vínculo com o Poder Público, e via de consequência, a sua estreita sujeição à autoridade que o nomeou.*

*(Prestação de Contas. Processo [TC/022449/2019](#)– Relator Cons. Luciano Nunes Santos. Primeira Câmara. Decisão Unânime. Acórdão nº 298/2021 publicado no [DOE/TCE-PI nº 116/2021](#))*



## LICITAÇÃO

**LICITAÇÃO.** O art. 25, II da Lei n° 8666/1993 não autoriza a contratação por inexigibilidade de licitação de todos os serviços técnicos descritos no art. 13 da referida lei, mas tão somente daqueles de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização.

*PRESTAÇÃO DE CONTAS. licitação. inexigibilidade de licitação. falhas de natureza formal.*

*1 – Cumpre destacar que o art. 25, II, da Lei n° 8.666/1993 não autoriza a contratação por inexigibilidade de licitação de todos os serviços técnicos descritos no art. 13 da referida lei, mas tão somente daqueles de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização.*

*(Prestação de Contas. Processo [TC/007773/2018](#) – Relator: Cons. Subst. Jackson Nobre Veras. Primeira Câmara. Decisão Unânime. Acórdão n° 289/2021 publicado no [DOE/TCE-PI° 116/2021](#))*

**LICITAÇÃO.** Atendidos os requisitos do inciso II do art. 25 da Lei n°. 8.666/93 é inexigível procedimento licitatório para contratação de serviços advocatícios e contábeis pela Administração Pública, dada a singularidade da atividade, a notória especialização e a inviabilidade de competição. A Constituição do Estado do Piauí estabelece o prazo para aprovação do instrumento legal de fixação dos subsídios dos Vereadores para a legislatura.

*PRESTAÇÃO DE CONTAS. PESSOAL. FIXAÇÃO DO SUBSÍDIO DOS VEREADORES FORA DO PRAZO LEGAL. LICITAÇÃO. Contratação por inexigibilidade com ausência de comprovação da singularidade dos serviços e notória especialização dos contratados. REGULARIDADE COM RESSALVAS.*

*1. O art. 31 da Constituição do Estado do Piauí estabelece o prazo para aprovação do instrumento legal de fixação dos subsídios dos Vereadores para a legislatura;*

*2. Atendidos os requisitos do inciso II do art. 25 da Lei n°. 8.666/93 é inexigível procedimento licitatório para contratação de serviços advocatícios e contábeis pela Administração Pública, dada a singularidade da atividade, a notória especialização e a inviabilidade de competição.*

*(Prestação de Contas. Processo TC- N° [TC/022537/2019](#) – Relator: Cons. Kleber Dantas Eulálio. Primeira Câmara. Decisão unânime. Acórdão n° 267/2021 publicado no [DOE/TCE-PI° 117/2021](#))*



**LICITAÇÃO.** O detalhamento pormenorizado dos postos de trabalho poderá ser efetuado por ocasião da celebração do contrato de modo a satisfazer a necessidade pública de cada um dos órgãos integrantes da Administração, de acordo com as suas peculiaridades. A opção pelo detalhamento realizado por ocasião da contratação em nada prejudica a elaboração das propostas e a isonomia entre os licitantes, porquanto o padrão estabelecido pela CBO deverá ser observado por todos os interessados, sendo irrelevantes os detalhamentos minuciosos de cada órgão da Administração Pública na condição de contratante.

*DENÚNCIA. IRREGULARIDADES EM PROCESSO LICITATÓRIO. REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA. PLURALIDADE DE TIPOS DE SERVIÇOS. EDITAL CONTENDO A DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES (CBO). POSSIBILIDADE DE DETALHAMENTO DOS POSTOS DE TRABALHO NA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO. PROCEDÊNCIA PARCIAL.*

- 1. O detalhamento pormenorizado dos postos de trabalho poderá ser efetuado por ocasião da celebração do contrato de modo a satisfazer a necessidade pública de cada um dos órgãos integrantes da Administração, de acordo com as suas peculiaridades.*
- 2. A opção pelo detalhamento realizado por ocasião da contratação em nada prejudica a elaboração das propostas e a isonomia entre os licitantes, porquanto o padrão estabelecido pela CBO deverá ser observado por todos os interessados, sendo irrelevantes os detalhamentos minuciosos de cada órgão da Administração Pública na condição de contratante.*
- 3. Minuta contratual que contempla parâmetros de eficiência e efetividade dos serviços a serem contratados.*
- 4. Eventual cancelamento do certame e o relançamento do edital reitor da licitação são medidas comprovadamente mais gravosas para a Administração Pública.*
- 5. Falha formal. Ausência de indícios de sobrepreço e de direcionamento do certame licitatório.*

*(Denúncia. Processo [TC/000526/2021](#). – Relator: [Cons. Kleber Dantas Eulálio](#).  
[Plenário. Unânime. Acórdão nº 385/2021 publicado no DOE/TCE-PI nº 117/2021](#)).*



## PESSOAL

**PESSOAL.** É possível ao servidor público efetivo afastado para a investidura no cargo eletivo de Prefeito poder optar pela remuneração dos cargos efetivos dos quais é titular. Para o servidor público efetivo vinculado a RPPS afastado para o exercício de cargo eletivo, permanece a obrigatoriedade de contribuição previdenciária para tal regime.

*CONSTITUCIONAL. ACÚMULO DE CARGOS EFETIVOS ACUMULÁVEIS COM CARGO ELETIVO DE PREFEITO. AFASTAMENTO DOS CARGOS PÚBLICOS ACUMULÁVEIS. QUESTIONAMENTO ACERCA DA POSSIBILIDADE DE OPÇÃO PELA REMUNERAÇÃO DOS CARGOS EFETIVOS. EFEITOS PREVIDENCIARIOS.*

*É possível o servidor público efetivo afastado para a investidura no cargo eletivo de Prefeito poder optar pela remuneração dos cargos efetivos dos quais é titular, conforme dispõe o art. 38, II da CF/88.*

*Para o servidor público efetivo vinculado a RPPS afastado para o exercício de cargo eletivo, permanece a obrigatoriedade de contribuição previdenciária para tal regime (art. 38, V da CF/88 c/c art. 13, III da ON nº 2/2009, SPS/MPS).*

*(Consulta. Processo [TC/003849/2021](#). – Relatora: Cons.<sup>a</sup> [Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga](#). Plenário. Unânime. Acórdão nº 312/2021 publicado no [DOE/TCE-PI nº 102/2021](#))*

**PESSOAL.** Serviços que têm caráter permanente e essencial para a administração pública, devem ser acometidos a servidores públicos efetivos.

*PESSOAL. CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA COM SERVIÇOS ESSENCIAIS DO ÓRGÃO, PERTENCENTES AO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIL. REGULARIDADE.*

*1. Serviços que têm caráter permanente e essencial para a administração pública, devem ser acometidos a servidores públicos efetivos, na forma prevista do inciso II, do artigo 37 da Constituição Federal. (Prestação de Contas. Processo [TC/022598/2019](#). – Relator: Cons. Subst. [Jaylson Fabianh Lopes Campelo](#). Plenário. Unânime. Acórdão nº 332/2021 publicado no [DOE/TCE-PI nº 104/2021](#))*



**PESSOAL.** É possível a concessão de promoção/progressão ao servidor, desde que decorrente de lei e/ou sentença judicial anterior ao Decreto de Calamidade Pública, assim como observados critérios específicos, além do transcurso temporal, para a aludida promoção/progressão. Possibilidade de concessão de abono permanência, e de concessão do aumento da Gratificação de Produtividade, desde que o aludido aumento seja decorrente de lei e/ou sentença judicial anterior ao Decreto de Calamidade Pública. Possibilidade de concessão de Revisão Geral Anual da Remuneração dos servidores, desde que haja dotação na Lei Orçamentária Anual, previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias e observados os limites previstos na LC nº 173/2020.

*CONSULTA – APLICABILIDADE DAS VEDAÇÕES CONSTANTES NA LEI COMPLEMENTAR Nº 173/2020 QUANTO ÀS CONCESSÕES DE PROMOÇÃO/PROGRESSÃO, ABONO PERMANÊNCIA, AUMENTO DA GRATIFICAÇÃO DE PRODUTIVIDADE OPERACIONAL – GPO E REVISÃO GERAL ANUAL DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA/PI.*

- 1. Possibilidade de concessão de promoção/progressão ao servidor, desde que decorrente de lei e/ou sentença judicial anterior ao Decreto de Calamidade Pública, assim como observados critérios específicos, além do transcurso temporal, para a aludida promoção/progressão.*
- 2. Possibilidade de concessão de abono permanência, vez que as vedações impostas pela Lei Complementar nº 173/2020 não contemplam o referido abono.*
- 3. Possibilidade de concessão do aumento da Gratificação de Produtividade, desde que o aludido aumento seja decorrente de lei e/ou sentença judicial anterior ao Decreto de Calamidade Pública.*
- 4. Possibilidade de concessão de Revisão Geral Anual da Remuneração dos servidores, desde que haja dotação na LOA, previsão na LDO e observados os limites previstos na LC nº 173/2020. Consulta. Processo [TC/006154/2021](#). – Relator: [Cons. Abelardo Pio Vilanova e Silva](#). Plenário. Unânime. Acórdão nº 347/2021 publicado no [DOE/TCE-PI nº 112/2021](#))*



## PRESTAÇÃO DE CONTAS

**PRESTAÇÃO DE CONTAS.** A juntada de vasta documentação comprobatória da aplicação dos recursos do FUNDEF para o pagamento de precatórios judiciais destinados aos servidores da educação, e ainda, as dificuldades postas diante da grave crise sanitária e financeira que o País enfrenta para retirada de valores do FPM, não ensejam a obrigatoriedade de recomposição dos valores para a conta específica do FUNDEF.

*DENÚNCIA-CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES DO ACÓRDÃO N° 479/2019. APURAÇÃO DE DESVIO DE FINALIDADE. COMPROVAÇÃO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDEF COM SERVIDORES DA EDUCAÇÃO.*

*A juntada de vasta documentação comprobatória da aplicação dos recursos do FUNDEF para o pagamento de precatórios judiciais destinados aos servidores da educação, e ainda, as dificuldades postas diante da grave crise sanitária e financeira que o País enfrenta para retirada de valores do FPM, não ensejam a obrigatoriedade de recomposição dos valores para a conta específica do FUNDEF. (Denúncia. Processo TC/000226/2016. – Relator: Cons.<sup>a</sup> Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga. Segunda Câmara. Unânime. Acórdão n° 211/2021 publicado no [DOE/TCE-PI° 106/2021](#))*

**PRESTAÇÃO DE CONTAS.** Até cinco por cento dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º da Lei n° 11.494/2007 poderão ser utilizados no primeiro trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional. A Constituição Federal impõe o dever de prestar contas na forma e no prazo devido. A Constituição Estadual e a Resolução TCE/PI n° 39/2015, conferem prerrogativas às Cortes de Contas para examinar mediante fiscalização o gasto de recursos públicos.

*PRESTAÇÃO DE CONTAS. AUSÊNCIA E ENVIO INTEMPESTIVO DE PEÇAS EXIGIDAS PELA IN TCE/PI N° 09/2017. DESPESA. Indicador máximo de 5% não aplicado no exercício do FUNDEB. APROVAÇÃO COM RESSALVAS.*

*1-O art. 70, § único da Constituição Federal, impõe o dever de prestar contas na forma e no prazo devido, assim como o art. 33, IV da Constituição Estadual e Resolução TCE/PI n° 39/2015, conferem prerrogativas às Cortes de Contas para examinar mediante fiscalização o gasto de recursos públicos;*

*2- O § 2º, art. 21, da Lei n° 11.494/2007, assim dispõe: “Até 5% (cinco por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º (primeiro) trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.”.*

*Prestação de Contas. Processo TC N° [TC/009407/2018](#) – Relator: Cons. Kleber Dantas Eulálio. Primeira Câmara. Decisão Unânime. Parecer prévio n°057/2020. Publicado no [DOE/TCE-PI° 117/2021](#).*



## PREVIDÊNCIA

**PREVIDÊNCIA.** As contribuições devidas ao RPPS deverão ser recolhidas até o dia 10 do mês subsequente à competência. Irregularidade no recolhimento de contribuição previdenciária.

### *PRESTAÇÃO DE CONTAS. IRREGULARIDADE NO RECOLHIMENTO PREVIDENCIÁRIO.*

8) *Recolhimento de contribuição em desacordo ao que dispõe o artigo n° 58, § 1°, da Lei n° 077/07, que disciplina que as contribuições devidas ao RPPS deverão ser recolhidas até o dia 10 do mês subsequente à competência.*

9) *Ausência de recolhimento integral das contribuições devidas no período de 2013 a junho de 2016.*

10) *Descumprimento do que dispõe o artigo 40, da Constituição Federal, já que não se verificou o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS.*

*(Prestação de Contas. Processo [TC/002898/2016](#). Relator: Cons. Sub Delano Carneiro da Cunha Câmara. Segunda Câmara. Decisão Unânime. Acórdão n° 165/2021 publicado no [DOE/TCE-PI° 103/2021](#))*

**PREVIDÊNCIA.** O ingresso no serviço público sem concurso ou a transposição, a ascensão, o acesso, a progressão ou o aproveitamento como formas de provimento derivado de cargos públicos após a Constituição de 1988, assegura a aposentadoria pelo Regime Próprio de Previdência Social, desde que o ingresso (originário ou derivado) no cargo em que houve a inativação tenha ocorrido até 23 de abril de 1993.

### *PESSOAL. PENSÃO. TRANSPOSIÇÃO ILEGAL DE CARGO. NEGATIVA DE REGISTRO. APLICAÇÃO DA SÚMULA N° 05 DO TCE/PI.*

1. *O ingresso no serviço público sem concurso ou a transposição, a ascensão, o acesso, a progressão ou o aproveitamento como formas de provimento derivado de cargos públicos após a Constituição de 1988, assegura a aposentadoria pelo Regime Próprio de Previdência Social, desde que o ingresso (originário ou derivado) no cargo em que houve a inativação tenha ocorrido até 23 de abril de 1993, consoante decisão do Supremo Tribunal Federal proferida na ADI 837 MC/DF, conforme estabelece a Súmula 05 desta Corte de Contas.*

*(Pensão por morte. Processo [TC/014137/2020](#) Relator: Cons. Kleber Dantas Eulálio. Primeira Câmara. Decisão Unânime. Acórdão n° 223/2021 publicado no [DOE/TCE-PI° 107/2021](#))*



**PREVIDÊNCIA.** Pensão por morte. Havendo a comprovação pelo interessado de sua qualidade de dependente da segurada mediante a juntada de documentos comprobatórios, mesmo não tendo sido apresentado cópia do processo de aposentadoria da ex-servidora por parte do órgão de origem, o benefício deve ser Registrado. O requerente não pode ser prejudicado pela falta de cuidado da Administração Estadual na guarda e conservação de documentos públicos.

*PREVIDÊNCIA. PENSÃO POR MORTE. JULGAR LEGAL A PORTARIA GP Nº 2.253/2019-PIAUÍ PREVIDÊNCIA. CONCEDER PENSÃO POR MORTE AO SR. ELÓI LOPES DE MORAES NO VALOR MENSAL DE R\$954,00. AUTORIZANDO O SEU REGISTRO.*

*1. Havendo a comprovação pelo interessado de sua qualidade de dependente da segurada mediante a juntada de documentos comprobatórios, mesmo não tendo sido apresentado cópia do processo de aposentadoria da ex-servidora por parte do órgão de origem, o benefício deve ser Registrado, uma vez que o requerente não pode ser prejudicado pela falta de cuidado da Administração Estadual na guarda e conservação de documentos públicos.*

*(Pensão por morte. Processo [TC/011397/2020](#) – Cons. Subst. [Jaylson Fabianh Lopes Campelo](#). Primeira Câmara. Decisão Unânime. Acórdão nº 271/2021 publicado no [DOE/TCE-PI nº 116/2021](#)).*



## PROCESSUAL

**PROCESSUAL.** As sanções impostas em decorrência de infrações administrativas, assim como ocorre com as infrações penais, não podem ultrapassar a pessoa do infrator (Princípio da Intranscendência da Pena).

*A C O P A N H A M E N T O D E C U M P R I M E N T O D E D E C I S Ã O R E F E R E N T E A O A C Ó R D Ã O N.º 917/19 (PÇ N.º 1, FLS. 1-3) PROFERIDO NOS AUTOS DO TC-O N.º 019.788/10, O QUAL PROCEDEU À ANÁLISE DO EDITAL N.º 003/2010 E DOS ATOS DE ADMISSÃO DELE DECORRENTES.*

*Apesar do não cumprimento da decisão exarada por esta Corte de Contas, em seu art. 5º, XLV, a Constituição Federal de 1988 dispõe que as sanções impostas em decorrência de infrações administrativas, assim como ocorre com as infrações penais, não podem ultrapassar a pessoa do infrator (Princípio da Intranscendência da Pena).*

*Este também é o entendimento sedimentado esta Corte de Contas.*

*Sendo assim, não há que se falar em aplicação de multa, no caso sub examine, tendo em vista que o gestor responsável pelo descumprimento da decisão, Sr. Firmino da Silveira Soares Filho, faleceu recentemente.*

*Noutro giro, em que pese o não cabimento da sanção pecuniária, necessária se faz a aplicação de medida corretiva relacionada à criação do cargo de Assistente Técnico de Saúde - Auxiliar em Patologia Clínica - a ser ocupado pela Sr. Marymonte dos Santos Pedreira, de modo a atenuar a afronta ao disposto no art. 37, II c/c art. 48, X da CF/88, e, ainda, respeitar a segurança jurídica e a boa-fé da servidora.*

*(Acompanhamento de cumprimento de decisão. Processo [TC N.º 013.897/20 – Cons. Subst. Alisson Felipe de Araújo. Segunda Câmara. Decisão Unânime. Acórdão nº 219/2021 publicado no DOE/TCE-PIº 106/2021](#))*

**PROCESSUAL.** Caberá Agravo no prazo de 05 (cinco) dias da decisão que indeferir in limine o recurso.

**AGRAVO REGIMENTAL. NÃO CONHECIMENTO. INTEMPESTIVO.**

*1 - O art. 156 da Lei Orgânica prevê que caberá Agravo no prazo de 05 (cinco) dias da decisão que indeferir in limine o recurso.*

*(Agravo regimental. Processo [TC/024325/2018 – Cons. Abelardo Pio Vilanova e Silva. Plenário. Decisão Unânime. Acórdão nº 346/2021 publicado no DOE/TCE-PIº 112/2021](#))*



**PROCESSUAL.** Configura-se quebra da imparcialidade quando o mesmo representante do Ministério Público de Contas assina a representação e emite o parecer, ou seja, atua como autor e custos legis ao mesmo tempo.

*PROCESSUAL. ATUAÇÃO DO MESMO PROCURADOR DE CONTAS COMO AUTOR E CUSTOS LEGIS EM UM PROCESSO. IRREGULARIDADE. 1. Configura-se quebra da imparcialidade quando o mesmo representante do Ministério Público de Contas assina a representação e emite o parecer; ou seja, atuar como autor e custos legis ao mesmo tempo.*

*(Agravamento regimental. Processo [TC/004308/2021](#) – Cons. Subst. Jaylson Fabianh Lopes Campelo. Plenário. Decisão Unânime. Acórdão nº 317/2021 publicado no DOE/TCE-PI nº 117/2021)*

**PROCESSUAL.** Com base no princípio da colegialidade, deve ser aplicada a sanção de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na administração estadual ou municipal ao gestor que teve suas contas julgadas irregulares por dois exercícios financeiros, consecutivos ou não, com base no regimento interno do TCE/PI.

*PROCESSUAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. JULGAMENTO DE IRREGULARIDADE POR DOIS EXERCÍCIOS FINANCEIROS, CONSECUTIVOS OU NÃO. INABILITAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE CARGO EM COMISSÃO OU FUNÇÃO DE CONFIANÇA. CONHECIMENTO E IMPROVIMENTO.*

*1. Atuando o chefe do Executivo municipal na qualidade de gestor e ordenador de despesas, não há se falar em incompetência deste Tribunal para o julgamento de suas contas.*

*2. Competente o Tribunal de Contas para aplicar as sanções previstas em seu Regimento Interno aos gestores submetidos a sua jurisdição.*

*3. Com base no princípio da colegialidade, deve ser aplicada a sanção de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na administração estadual ou municipal ao gestor que teve suas contas julgadas irregulares por dois exercícios financeiros, consecutivos ou não, com base no art. 210 do RITCE-PI.*

*(Recurso de reconsideração. Processo [TC/008618/2021](#) – Cons. Subst. Jaylson Fabianh Lopes Campelo. Plenário. Decisão Unânime. Acórdão nº 388/2021 publicado no DOE/TCE-PI nº 117/2021)*



## TRANSPARÊNCIA

**TRANSPARÊNCIA.** A Lei de Acesso à Informação determina aos órgãos e entidades públicas o dever de “promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas”, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet) para os municípios com população acima de dez mil habitantes, e impositiva para todos os municípios a divulgação, em tempo real, de informações relativas à execução orçamentária e financeira.

*PRESTAÇÃO DE CONTAS. TRANSPARÊNCIA. DESCUMPRIMENTO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E NORMATIVOS DO TCE/PI QUANTO AO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DA CÂMARA. REGULARIDADE COM RESSALVAS.*

*1. A Lei de Acesso à Informação – LAI, determina aos órgãos e entidades públicas o dever de “promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas”, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet) para os municípios com população acima de 10.000 (dez mil) habitantes, e impositiva para todos os municípios a divulgação, em tempo real, de informações relativas à execução orçamentária e financeira nos termos previstos na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei nº 12.527/2011, art. 8º, § 4º).*

*(Prestação de Contas. Processo [TC/008816/2018](#) – Relator: Cons. Kleber Dantas Eulálio. Primeira Câmara. Decisão Unânime. Acórdão nº 280/2021. Publicado no DOE/TCE-PI nº [117/2021](#)).*

